

A nau da modernidade

Josemar Dantas

Nem mesmo na hora de abandonar o barco à deriva, com o casco aberto à fúria das águas, a tripulação do Plano Brasil Novo cedeu aos apelos da sensatez. Com a mesma petulância exibida no momento de levantar ferros, para uma viagem cujo termo seria o porto seguro da estabilidade econômica, a equipagem larga o passadiço de comando da nau em meio a proclamações de êxito no mínimo fantasiosas. Ao tomar-se o azimute da situação, verifica-se que a travessia levou o País ao "bátrato profundo", como diria Castro Alves, e findou no centro de monumental ressaca.

Em lugar de buscar os mares remansosos do entendimento nacional, os titulares da política econômico-financeira, com um gaieiro sempre disposto a tomar a nuvem por Juno, preferiram eles próprios traçar a rota, equipar a embarcação e selecionar os embarcadouros. E, sem qualquer outra cautela, orientados pelos ventos do narcisismo e da arrogância, seguiram por mares nunca antes navegados. O resultado foi darem com formidável tempestade pela proa e colocarem o barco à deriva, sem sequer aliviarem a carga ao oceano, como fariam os marujos experimentados. O pior é que a responsabilidade pelo desastre não cabe aos navegantes, apenas, mas principalmente ao armador, que os escolheu, incensou-lhes a vaidade e os estimulou a desfazerem-se do astrolábio político.

O diabo é que no convés viajavam as aspirações mais sentidas do povo brasileiro que pensou houvesse escolhido um timoneiro capaz de levá-lo às irradiantes auroras da modernidade. O primeiro impacto no avanço sobre o mar foi o sequestro das poupanças privadas e dos ativos financeiros. Tal decisão fez afundar a credibilidade do Brasil nos mares abissais. Para um comando que se

instituiu sob os compromissos da livre concorrência e da economia de mercado, a desapropriação abrupta e sem causa da propriedade privada rompeu o dique da desconfiança internacional. Assim o Brasil, cuja economia necessita de ventos capazes de enfunar as bujarronas de seu desenvolvimento, viu-se privado dos fluxos de capitais internacionais. Os investidores desejam segurança. E essa não existe em países onde é possível afogar a propriedade privada.

Depois, a caravela embicou no rumo da depressão econômica. E, na crista das ondas que a espancavam a bombordo e a boreste, colheu, não a modernidade, mas um retrocesso econômico correspondente a 4,6 por cento do Produto Interno Bruto. O Brasil ficou mais pobre nada menos de 20 bilhões de dólares e a sua indústria já dá sinais de exaustão e sucateamento. No mar encapelado por onde se conduziu o navio naufragaram as estatísticas do emprego, hoje marcadas por uma curva ascendente em cujo pico registra-se o desemprego de mais de três milhões de brasileiros. Não é só. As safras agrícolas, há tempos colocadas no patamar de 71 milhões de toneladas de grãos, foram reduzidas à maré de sizígia dos 57 milhões de toneladas.

Correntes tão fortes como a *gulf stream* já carregam para o exterior os capitais nacionais — três bilhões de dólares só em 1990. E, mesmo diante desse turbilhão, o co-piloto posto na gávea do Banco Central ainda ousou desobedecer a uma sentença judicial e perder por completo o mínimo de dignidade para negociar a dívida externa brasileira.

Resta esperar que o novo comandante, chamado a ocupar um escaler para alcançar o barco em plena tempestade, não o leve a bater com a quilha em algum arrecife. Os rebocadores políticos estão aí mesmo para ajudar em seu resgate e fazê-lo novamente navegar. É o que todos desejamos.